



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
PARAÍBA**



**UNIVERSIDAD
DE ANTIOQUIA**
1803

**ACORDO GERAL DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA,
CIENTÍFICA E CULTURAL
ENTRE A**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

E A

UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**, a seguir denominada UFPB, uma instituição de Educação Superior reconhecida pela Lei Federal nº 3.835, de 13 de Dezembro de 1960, CNPJ nº 24.098.477/0001-10, (www.ufpb.br) cuja reitoria se encontra na Cidade Universitária – Campus I – Prédio da Reitoria – Castelo Branco – 58.051-900 – João Pessoa – Paraíba – Brasil, neste ato, representada por sua Reitora, Professora Doutora **Margareth de Fátima Formiga de Melo Diniz**,

E a **UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA**, a seguir denominada UDEA, uma instituição de Ensino Superior, ente universitário autônomo com regime especial, cuja criação foi determinada pela Lei 71 de 1878 do Estado Soberano de Antioquia, e com personalidade jurídica que deriva da Lei 153 de 1887, regida pela Lei 30 de 1992, e demais disposições aplicáveis, de acordo com seu regime especial, devidamente facultado pelo Acordo Superior 419 de 29 de abril de 2014, cuja sede principal está na Cidade Universitária – Calle 67 nº 53 – 108, Medellín – Antioquia – Colômbia, representada neste ato por seu Reitor Professor Doutor **Maurício Alviar Ramirez**.

Considerando que o desenvolvimento da cooperação acadêmica, científica e cultural é benéfico para ambas às instituições, e desejando reforçar essa cooperação, a UFPB e a UDEA, concordam em celebrar o presente **Acordo Geral de Cooperação** que se regerá pelas seguintes

CLÁUSULAS

Primeira – As instituições parceiras acordam que o objeto do presente instrumento é o estabelecimento das bases gerais para a cooperação em todas as áreas do ensino, extensão e da pesquisa consideradas de interesse mútuo.

.Segunda – Com o fim de executar a cláusula anterior, as partes aceitam que poderão considerar as seguintes formas de cooperação:

- a) Intercâmbio de professores, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação;
- b) Desenvolvimento conjunto de atividades de ensino e pesquisa;
- c) Organização e participação em seminários, conferências, oficinas e outros encontros acadêmicos;
- d) Publicação conjunta de relatórios de pesquisa, artigos, livros, etc.;
- e) Intercâmbio de material e publicações acadêmicas;
- f) Realização de programas de dupla titulação ou titulação conjunta em co-tutela de tese, obedecida a legislação de cada instituição;
- g) E o que mais acordarem as partes.

Terceira – Cada forma de cooperação estabelecida com base na cláusula anterior deverá ser formalizada através de convênios específicos anexados ao presente, e deverão conter: programação, pessoal participante, recursos necessários, financiamento, procedimentos de avaliação e sequencia das atividades programadas, assim como todos os dados e documentos necessários para determinar os fins e objetivos de cada um dos convênios específicos.

Quarta – As atividades desenvolvidas com base no presente Acordo Acadêmico terão a supervisão e coordenação dos responsáveis pela área internacional de cada instituição, ou por aqueles oficialmente designados para representa-las.

Quinta – As partes poderão recorrer a instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, para a obtenção dos recursos necessários para financiar, total ou parcialmente, o desenvolvimento das atividades que se realizem sob o marco do presente convênio, quando o considerarem necessário.

Sexta – As partes acordam expressamente manter a confidencialidade da informação e dos produtos que resultem dos projetos de pesquisa, assim como de toda a informação que não seja de domínio público e a que poderiam ter acesso no marco deste documento.

Sétima – As partes concordam que as publicações de diversas categorias (artigos, folhetos, etc.), assim como as coproduções e difusões objeto do presente instrumento, se realizarão de comum acordo.

Da mesma forma, concordam que a titularidade dos direitos de propriedade intelectual e industrial que resultem das ações desenvolvidas no marco do presente convênio, corresponderá à parte cujo pessoal tenha realizado o trabalho. Se for produto de um trabalho conjunto, as partes dividirão a titularidade dos direitos de acordo com sua participação nas atividades. Em todos os momentos, as partes outorgarão o devido reconhecimento às pessoas que participaram no desenvolvimento das mesmas.

No caso em que uma das partes deseje utilizar a informação ou resultados de uma investigação proporcionada pela outra parte em uma publicação própria, deverá solicitar previamente a esta, uma autorização escrita e ajustar-se às disposições legais da matéria. Fica expressamente entendido que as partes poderão utilizar-se dos resultados obtidos nas atividades amparadas pelo presente instrumento, em suas tarefas acadêmicas e para fins de difusão, desenvolvimento institucional e aprovação acadêmica que corresponda.

M
Jans

Oitava – As partes concordam que os funcionários ou membros de cada uma delas que sejam designados para a realização conjunta de qualquer ação, continuarão de forma absoluta sob a direção ou dependência da parte com a qual tenham estabelecido sua relação trabalhista, independentemente de estar prestando seus serviços em instalações da outra instituição para a qual foram designados, por fim, cada uma delas assumirá sua responsabilidade e, em nenhum caso serão consideradas empregadores solidários ou substitutos. Se na realização de um programa intervenham pessoas que prestem seus serviços a instituições ou pessoas distintas às partes, estas sempre continuarão sob a direção e dependência das referidas instituições ou pessoas, uma vez que sua intervenção não produzirá relação de trabalho nem com a UFPB e nem com a UDEA.

Nona – Fica expressamente acordado que nenhuma das partes terá responsabilidade civil por danos e prejuízos que possam ocorrer por motivo de força maior ou casos fortuitos que possam impedir a continuidade das atividades previstas no presente convenio ou seus instrumentos derivados, podendo ser retomadas nas mesmas condições e circunstâncias quando desaparecerem as causas que motivaram sua suspensão, até sua conclusão total.

Décima – O presente acordo entrará em vigor na data de sua última assinatura e terá validade por um período de cinco (5) anos, ao término do qual poderá ser renovado por períodos iguais, mediante comunicação por escrito das partes e a assinatura do documento correspondente. O presente acordo pode ser revisado ou modificado a qualquer momento, por acordo mútuo por escrito dos representantes autorizados das partes. As modificações obrigarão as partes a partir da data de sua assinatura. Da mesma forma, poderá ser rescindido unilateralmente mediante aviso por escrito à outra parte, com antecedência mínima de três (3) meses à data determinada para tal efeito. Essa decisão não afetará as atividades acadêmicas em desenvolvimento, que deverão continuar até o seu término, conforme o programa, termos e calendário acordados originalmente.

Décima primeira – O presente acordo é assinado num espírito de boa fé e cooperação, razão pela qual as instituições convenientes concordam em resolver, de forma amigável, qualquer controvérsia advinda da interpretação, formalização e cumprimento do mesmo. Caso a questão não possa ser resolvida, a disputa será submetida a uma arbitragem. Cada instituição designará um membro do comitê de arbitragem e um terceiro membro será escolhido por mútuo consentimento

Os representantes das instituições assinam o presente Acordo Geral de Cooperação, elaborado em quatro exemplares originais, dois (2) em português e dois (2) em espanhol, de igual forma e teor, no local e data indicados.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

UNIVEERSIDAD DE ANTIOQUIA



MFM
Dra. Margareth de Fátima Formiga M. Diniz
Reitora

João Pessoa,

5/06/2016

Medelín,

Mauricio Alviar Ramirez
Dr. Mauricio Alviar Ramirez
Reitor AG

Jdmp

RMM



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
PARAÍBA**



**UNIVERSIDAD
DE ANTIOQUIA**
1803

**CONVENIO PARA O INTERCAMBIO DE
ESTUDANTES E PROFESSORES
ENTRE A
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
E A
UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**, a seguir denominada UFPB, uma instituição de Educação Superior reconhecida pela Lei Federal nº 3.835, de 13 de Dezembro de 1960, CNPJ nº 24.098.477/0001-10, (www.ufpb.br) cuja reitoria se encontra na Cidade Universitária – Campus I – Prédio da Reitoria – Castelo Branco – 58.051-900 – João Pessoa – Paraíba – Brasil, neste ato, representada por sua Reitora, Professora Doutora **Margareth de Fátima Formiga de Melo Diniz**,

E a **UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA**, a seguir denominada UDEA, uma instituição de Ensino Superior, ente universitário autônomo com regime especial, cuja criação foi determinada pela Lei 71 de 1878 do Estado Soberano de Antioquia, e com personalidade jurídica que deriva da Lei 153 de 1887, regida pela Lei 30 de 1992, e demais disposições aplicáveis, de acordo com seu regime especial, devidamente facultado pelo Acordo Superior 419 de 29 de abril de 2014, cuja sede principal está na Cidade Universitária – Calle 67 nº 53 – 108, Medellín – Antioquia – Colômbia, representada neste ato por seu Reitor Professor Doutor **Maurício Alviar Ramirez**.

Com a finalidade de reforçar a cooperação entre as instituições e contribuir assim para os objetivos de internacionalização dos estudos que oferecem, assinam de comum acordo, com base no Acordo Geral de Cooperação, o presente Convênio Específico para o intercâmbio de estudantes e professores, de acordo com as seguintes:

CLÁUSULAS

PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente documento tem como objetivo estabelecer as condições que regerão o programa de intercâmbio de estudantes e professores visitantes entre a UFPB e a UDEA.

Jduy

SEGUNDA – CARACTERÍSTICAS GERAIS

1. Os intercâmbios de estudantes terão a duração mínima de um semestre e máxima de um ano acadêmico (dois semestres). Qualquer alteração deverá ser acordada por escrito entre as partes.
2. Todos os selecionados ao programa de intercâmbio deverão, obrigatoriamente, possuir o nível acadêmico e linguístico exigidos pela Instituição acolhedora.
3. As candidaturas serão apresentadas através dos órgãos responsáveis pela gestão dos intercâmbios internacionais em cada instituição. Em nenhum caso se admitirão candidaturas diretas dos interessados.
4. Todos os alunos participantes do intercâmbio devem se registrar e pagar a matrícula correspondente na Instituição de origem e serão isentos das mesmas na Instituição acolhedora.
5. Todas as despesas referentes a transporte, seguros, alojamento, alimentação, livros e gastos pessoais serão de responsabilidade dos participantes do intercâmbio.
6. Todos os participantes nos programas de intercâmbio deverão, antes do início da viagem, contar com um seguro médico adequado, que lhes forneça os serviços e a atenção de saúde necessária, válida para todo o período de duração de sua mobilidade.

TERCEIRA – INTERCÂMBIO DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO

1. Número de estudantes

- (a) O número de estudantes intercambistas deve limitar-se a dois (2) por ano acadêmico, (equivalente a quatro alunos/semestre), Existindo a possibilidade de que um número maior possa ser aceito, mediante acordo prévio entre as partes e considerando a reciprocidade;
- (b) Ambas as instituições revisarão anualmente o número de estudantes de intercâmbio e procurarão ajustá-lo de modo a obter um equilíbrio durante o período de vigência do programa;

2. Seleção de participantes e admissão

- (a) Poderão participar do programa de intercâmbio, os estudantes que estejam regularmente matriculados nos cursos de licenciatura ou bacharelado oferecidos por ambas as instituições durante o período de realização do intercâmbio.

m
Jdup

(b) A instituição de origem selecionará os candidatos que participarão do programa de intercâmbio segundo seus próprios critérios, o desempenho acadêmico e o nível de estudos alcançados pelos candidatos;

(c) A Instituição acolhedora se reserva o direito de tomar a decisão final sobre a admissão de cada estudante indicado para o intercâmbio após a comprovação dos requisitos solicitados;

(d) A aceitação dos estudantes que participarão do programa é de competência da instituição acolhedora, a qual levará em consideração a reciprocidade do número de estudantes enviados e recebidos, a disponibilidade de vagas e a capacidade de recebê-los;

(e) uma vez aceitos pela instituição acolhedora, os estudantes de intercâmbio terão os mesmos direitos e obrigações que qualquer aluno da universidade de acolhimento.

3. Coordenação

(a) As atividades desenvolvidas com base no presente convênio terão a coordenação dos responsáveis pelo setor de relações internacionais em cada instituição ou daqueles oficialmente designados para representá-los;

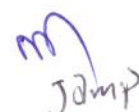
(b) Cada ano, as instituições definirão, com suficiente antecedência, a data da inscrição para o programa de intercâmbio em cada instituição, o número e as condições das vagas de intercâmbio a serem oferecidas;

4. Compromissos Acadêmicos

(a) Os estudantes participantes do programa, ao serem admitidos pela instituição acolhedora, têm o direito de se matricular como alunos sem direito à respectiva titulação nos cursos regulares oferecidos pela Instituição receptora e por um período máximo de um ano acadêmico (2 semestres) e pelo número máximo de créditos permitido em cada Instituição, estando sujeitos ao mesmo regime acadêmico que os demais estudantes matriculados em tais cursos. Todos os estudantes de intercâmbio deverão cumprir as leis do país de destino.

(b) As instituições parceiras no presente convênio têm o direito de limitar, em coordenação com as Faculdades ou Escolas envolvidas, as disciplinas que podem ser oferecidas ao(s) aluno(s) de intercâmbio, caso seja conveniente, a fim de facilitar o reconhecimento acadêmico recíproco dos estudos realizados.

(c) Os estudantes de intercâmbio poderão cursar qualquer programa acadêmico oferecido pela Instituição receptora, sempre e quando se disponha de vagas, exceção feita a programas com matrícula limitada. Qualquer crédito acadêmico obtido na Instituição acolhedora poderá ser transferido para a Instituição de origem, conforme os procedimentos estabelecidos pela mesma e o programa específico de estudos. A


Jdmy

instituição acolhedora orientará academicamente e informará sobre os programas de estudo pertinentes conforme corresponda.

(d) No caso em que o aluno de intercâmbio conte com um plano de estudos acadêmicos, previamente assinado e carimbado por ambas as instituições, a instituição receptora deverá permitir que o aluno se matricule em todas as disciplinas incluídas no Plano de Estudos, salvo se a disciplina não for oferecida naquele semestre acadêmico específico ou se observe choque de horários. Em qualquer dos casos a instituição de origem deverá ser informada da necessidade de alteração no Plano de Estudos.

5. Avaliação

(a) Ao final do período de estudos, a instituição acolhedora emitirá um Histórico Escolar para cada aluno de intercâmbio, especificando o número de créditos cursados, a duração do curso e as notas obtidas.

(b) Cada uma das instituições aceitará os estudos realizados na outra instituição como equivalentes aos seus próprios, dentro dos limites que estabeleça a legislação vigente em cada país e a normativa própria de cada Universidade. Qualquer crédito acadêmico obtido na Instituição acolhedora pode ser transferido para a instituição de origem, porém o reconhecimento ficará a cargo da última.

(c) A instituição acolhedora se reserva o direito de excluir o estudante cujo rendimento acadêmico ou conduta sejam violadores das regras da instituição ou país acolhedor. A instituição acolhedora deverá informar à instituição de origem sobre as circunstâncias antes de implementar tal medida. Ambas as partes concordam que não haverá substituição de estudantes que não terminarem o intercâmbio.

6. Alojamento e Serviço de Apoio

(a) Cada instituição prestará aos estudantes que receba no âmbito do presente programa de intercâmbio a assistência necessária para a preparação adequada de sua estadia e para o perfeito desenvolvimento da mesma.

(b) Os estudantes de intercâmbio terão direito na instituição acolhedora de acessar e utilizar os serviços que esta ofereça nas mesmas condições que seus próprios estudantes. A instituição receptora informará devidamente aos estudantes de intercâmbio acerca da disponibilidade de tais serviços.

(c) A instituição de acolhimento, através de sua assessoria internacional ou setor correspondente, compromete-se a ajudar os estudantes de intercâmbio na procura de um alojamento apropriado, bem como proporcionar-lhes apoio e a orientação necessária durante sua estadia.


JduP

Quarta - INTERCÂMBIO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO

O número de estudantes, bem como todas as especificações para o intercâmbio de estudantes de pós-graduação deverão ser definidos por acordo mútuo entre as partes, caso a caso, através do documento correspondente.

Quinta - INTERCÂMBIO DE PROFESSORES

(a) O intercâmbio de professores visitantes para o desenvolvimento de projetos conjuntos, programas de treinamento, ensino e/ou pesquisa deverá ser realizado conforme o Programa de Trabalho definido para tal fim, e de comum acordo por escrito entre as partes;

(b) O seguro médico deverá ser providenciado e pago pelo professor visitante no país de origem.

(c) Os salários dos professores visitantes serão pagos pela instituição de origem. .

(d) Ambas as instituições facilitarão e apoiarão os pedidos de recursos a organismos nacionais e internacionais que possam colaborar no financiamento deste intercâmbio.

Sexta – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

As instituições convenientes concordam em resolver, de forma amigável, qualquer controvérsia advinda da interpretação do presente convênio. Caso a questão não possa ser resolvida, a disputa será submetida a arbitragem. Cada instituição designará um membro do comitê de arbitragem e um membro será escolhido por mútuo consentimento.

Sétima – VIGÊNCIA

Este documento entrará em vigor na data da última assinatura e sua vigência corresponderá a do Acordo Geral de Cooperação. Este convenio poderá ser modificado a qualquer momento, por vontade e consentimento mútuo das partes. Além disso, poderá ser rescindido por qualquer uma das partes, mediante aviso escrito a outra parte, com o mínimo de três (3) meses de antecedência em relação a data determinada para tal efeito. Tal decisão não afetará as atividades em desenvolvimento, que deverão continuar até sua conclusão, conforme o programa, condições e cronograma acordados originalmente

Oitava – RESPONSABILIDADE CIVIL

Fica expressamente acordado que nenhuma das partes terá responsabilidade civil por danos ou prejuízos que possam ser causados reciprocamente por força maior ou casos fortuitos que possam impedir a continuação das atividades previstas neste Convênio Específico, podendo ser retomadas até sua total conclusão, nas mesmas condições e circunstâncias, quando do desaparecimento das causas que motivaram sua suspensão.

Por estarem de acordo, as instituições assinam o presente Convênio de Intercâmbio de estudantes e professores elaborado em quatro exemplares, sendo dois (2) em português e dois (2) em espanhol, de igual forma e teor.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA



MDFM
Dra. Margareth de Fátima Formiga M. Diniz
Reitora

João Pessoa, *5/06/2016*

Mauricio Alviar R

Dr. Maurício Alviar Ramirez
Reitor

Medelín,

Jdvr P

Ruy



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
PARAÍBA**



**ACUERDO GENERAL DE COOPERACIÓN ACADÉMICA,
CIENTÍFICA Y CULTURAL**

ENTRE LA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Y LA

UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA

LA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PARAÍBA, en lo sucesivo denominada UFPB, una institución de enseñanza superior, reconocida a través de la Ley Federal 3.835, con fecha 13 de Diciembre 1960, CNPJ N° 24.098.477/0001-10 (www.ufpb.br) cuya oficina central está en Cidade Universitária - Campus I - Prédio da Reitoria, 1° andar - Castelo Branco - 58.059-900 - João Pessoa - Paraíba - Brasil, en este acto, representada por su Rectora Profesora Doctora **Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz**;

Y LA UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA en adelante denominada UDEA, una institución de enseñanza superior ente universitario autónomo con régimen especial, cuya creación fue determinada por la Ley 71 de 1878 del Estado Soberano de Antioquia, y con personería jurídica que deriva de la Ley 153 de 1887, regida por la Ley 30 de 1992 y demás disposiciones aplicables de acuerdo a su régimen especial, debidamente facultado por el Acuerdo Superior 419 del 29 de Abril de 2014, cuya sede principal está en la Ciudad Universitaria calle 67 No. 53 – 108, Medellín – Antioquia - Colombia, representada en este acto, por su Rector Profesor Doctor **Mauricio Alviar Ramírez**.

Considerando que el desarrollo de la cooperación académica, científica y cultural es benéfico para ambas las instituciones, y deseando reforzar esa cooperación, la UFPB y la UDEA, acuerdan en celebrar el presente **Acuerdo General de Cooperación** que se registrá por las siguientes

CLÁUSULAS

Primera – Las instituciones partes acuerdan que el objeto del presente instrumento es para establecer las bases generales para la cooperación en todas las áreas de la enseñanza, extensión y de la investigación consideradas de interés mutuo.

Segunda – Con el fin de ejecutar la cláusula anterior, las partes acuerdan que podrán considerar las siguientes formas de cooperación.

- a) Intercambio de profesores, investigadores y estudiantes de grado y postgrado;
- b) Desarrollo conjunto de actividades de enseñanza e investigación;
- c) Organización y participación en seminarios, conferencias, talleres y otros, encuentros académicos;
- d) Publicación conjunta de resultados de investigación, artículos, libros, etc.;
- e) Intercambio de material y publicaciones académicas;
- f) Realización de programas de doble titulación o titulación conjunta en co-tutela de tesis, de acuerdo a la legislación y normativa de cada institución.
- g) Las demás que acuerden las partes.

Tercera – Cada forma de cooperación establecida en la cláusula anterior deberá ser formalizada a través de convenios específicos anexados al presente, y deberán contener: calendarización, personal participante, presupuestos requeridos, financiamiento, procedimientos de evaluación y seguimiento de la marcha de las actividades programadas, así como todos los datos y documentos necesarios para determinar los fines y alcances de cada uno de los convenios específicos.

Cuarta – Las actividades desarrolladas en base al presente Acuerdo Académico tendrán la supervisión y coordinación de las personas responsables por el área internacional de cada institución, o por aquellos oficialmente designados para que las representen.

Quinta – Las partes podrán gestionar ante instituciones públicas o privadas nacionales o internacionales, la obtención de recursos necesarios para financiar, total o parcialmente, el desarrollo de las actividades que se realicen en el marco del presente convenio, cuando lo consideren necesario.

Sexta – Las partes acuerdan expresamente mantener confidencialidad de la información y productos que surjan de los proyectos de investigación, así como de toda la información que no sea del dominio público y a la que podrían tener acceso en el marco de este documento.

Séptima – Las partes convienen en que las publicaciones de diversas categorías (artículos, folletos, etc.), así como las coproducciones y difusión objeto del presente instrumento, se realizará de común acuerdo.

Asimismo, convienen en que la titularidad de los derechos de propiedad intelectual e industrial que resulten de las acciones desarrolladas en el marco del presente convenio, corresponderá a la parte cuyo personal haya realizado el trabajo. Si son producto de un trabajo conjunto, las partes compartirán la titularidad de los derechos de acuerdo con su participación en las actividades. En todo momento las partes otorgarán el debido reconocimiento a las personas que participaron en el desarrollo de las mismas.

Para el caso de que alguna de las partes deseara utilizar en una publicación propia, la información o resultados de una investigación proporcionada por la otra parte, deberá solicitar previamente a ésta, autorización escrita y ajustarse a las disposiciones legales en la materia. Queda expresamente entendido que las partes podrán utilizar los resultados obtenidos en las actividades amparadas por el presente instrumento, en sus tareas académicas y para los fines de difusión, desarrollo institucional y superación académica que corresponda.

Octava – Las partes acuerdan que el personal o los miembros de cada una de ellas que sean designados para la realización conjunta de cualquier acción, continuará en forma absoluta bajo la dirección o dependencia de la parte con la que tenga establecida su relación laboral, independientemente de estar prestando sus servicios en las instalaciones de la parte a la que fue


Jamp

asignada, por ende, cada una de ellas asumirá su responsabilidad por este concepto y en ningún caso se considerarán patrones solidarios o sustitutos. Si en la realización de un programa interviene personal que preste sus servicios a instituciones o personas distintas a las partes, éste continuará siempre bajo la dirección y dependencia de dicha institución o persona, por lo que su intervención no originará relación de carácter laboral ni con UFPB ni con UDEA.

Novena – Queda expresamente pactado que ninguna de las partes tendrá responsabilidad civil por daños y perjuicios que pudiesen causarse recíprocamente por causas de fuerza mayor o casos fortuitos que pudieran impedir la continuación de las actividades previstas en el presente convenio o sus instrumentos derivados, pudiendo reanudarse en las mismas condiciones y circunstancias cuando desaparezcan las causas que motivaron su suspensión hasta su total conclusión.

Décima - Este Acuerdo entrará en vigor en la fecha de su última firma y será válido durante un período de cinco (5) años, al término de los cuales podrá acordarse su renovación por períodos iguales, mediante comunicación por escrito de las partes y la suscripción del documento correspondiente. El presente Acuerdo puede ser revisado o modificado en cualquier momento, por mutuo acuerdo por escrito de los representantes autorizados de las partes. Las modificaciones obligarán a las partes a partir de la fecha de su firma. Así mismo podrá ser terminado anticipadamente por cualquier de las partes, mediante aviso por escrito a la otra parte, con al menos tres (3) meses de antelación a la fecha determinada para tal efecto. Tal decisión no afectará las actividades académicas en desarrollo, que deberán continuar hasta su terminación conforme al programa, términos y calendario acordados originalmente.

Décima primera – El presente Acuerdo se suscribe en un espíritu de buena fe y cooperación, razón por la cual las instituciones signatarias acuerdan resolver, por consulta amistosa, cualquier controversia derivada de la interpretación, formalización y cumplimiento del presente Acuerdo. En el caso de que no se pueda resolver la cuestión, la disputa se someterá a un arbitraje. Cada institución designará un miembro del comité de arbitraje y un tercer miembro se elegirá de común acuerdo.

Los representantes de las instituciones firman el presente Acuerdo General de Cooperación, elaborado en cuatro ejemplares originales, dos (2) en español y dos (2) en portugués, de igual forma y validez, en el lugar y fecha indicados.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA



MFM
Dra. Margareth de Fátima Formiga M. Diniz
Rectora

5/06/2016

Mauricio Alviar R
Dr. Mauricio Alviar Ramírez
Rector AG

Medellín,

Jdmp

MM



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
PARAÍBA**



**CONVENIO PARA EL INTERCAMBIO DE
ESTUDIANTES Y PROFESORES
ENTRE LA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Y LA
UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA**

LA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PARAÍBA, en lo sucesivo denominada UFPB, una institución de enseñanza superior, reconocida a través de la Ley Federal 3.835, con fecha 13 de Diciembre 1960, CNPJ N° 24.098.477/0001-10 (www.ufpb.br) cuya oficina central está en Cidade Universitária - Campus I - Prédio da Reitoria, 1º andar - Castelo Branco - 58.059-900 - João Pessoa - Paraíba - Brasil, en este acto, representada por su Rectora Profesora Doctora **Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz**;

Y LA UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA en adelante denominada UDEA, una institución de enseñanza superior ente universitario autónomo con régimen especial, cuya creación fue determinada por la Ley 71 de 1878 del Estado Soberano de Antioquia, y con personería jurídica que deriva de la Ley 153 de 1887, regida por la Ley 30 de 1992 y demás disposiciones aplicables de acuerdo a su régimen especial, debidamente facultado por el Acuerdo Superior 419 del 29 de Abril de 2014, cuya sede principal está en la Ciudad Universitaria calle 67 No. 53 – 108, Medellín – Antioquia - Colombia, representada en este acto, por su Rector Profesor Doctor **Mauricio Alviar Ramírez**.

Con el fin de reforzar la cooperación entre las instituciones y contribuir así a los objetivos de internacionalización de los estudios que en ellas se imparten, suscriben de común acuerdo, en el marco del Acuerdo General de Cooperación, el presente Convenio Específico para el intercambio de estudiantes y profesores, de acuerdo con las siguientes:

CLÁUSULAS

PRIMERA – DEL OBJETO

El presente Convenio Específico tiene como objeto establecer las condiciones que regirán el programa de intercambio de estudiantes y profesores visitantes entre la UFPB y la UDEA.

m
Jdr P

SEGUNDA – CARACTERÍSTICAS GENERALES

1. Los intercambios de estudiantes tendrán una duración mínima de un semestre y máxima de un año académico (dos semestres). Cualquier modificación deberá ser acordada por escrito entre las partes.
2. Todos los seleccionados al programa de intercambio deberán atender los niveles académicos y lingüísticos establecidos por la Institución Receptora.
3. Las candidaturas se presentarán a través de las oficinas responsables en cada institución de la gestión de los estudiantes de intercambio. En ningún caso se admitirán candidaturas directas de los interesados.
4. Todos los alumnos que participen en el intercambio deben registrarse y pagar la matrícula correspondiente en la institución de origen e serán exentados de las mismas en la institución receptora.
5. Todos los gastos de transportes, seguros, alojamiento y comida, libros y gastos personales quedarán a cargo de los participantes en el intercambio.
6. Todos los que participen de los programas de intercambio, antes de que se inicie el viaje, deberán contar con un seguro médico adecuado que les brinde los servicios y la atención de salud necesarios, válido para todo el período de duración de su movilidad.

TERCERA – INTERCAMBIO DE ESTUDIANTES DE LICENCIATURA O GRADO

1. Número de estudiantes

(a) El número de estudiantes intercambiados debe limitarse a dos (2) por año académico (equivalente a cuatro alumnos/semestre). Habiendo la posibilidad de que se extienda esta cifra, mediante previo acuerdo entre las partes y considerando la reciprocidad;

(b) Ambas instituciones revisarán anualmente el número de estudiantes de intercambio y procurarán ajustarlo para lograr un equilibrio durante el periodo de vigencia del programa.

2. Selección de participantes e admisión

(a) Podrán participar en el programa de intercambio, los estudiantes que estén matriculados en estudios regulares de licenciatura o grado que ofrezcan las dos instituciones durante el curso en el que se realiza el intercambio.

(b) La institución de origen seleccionará los estudiantes que postulará para participar en el programa teniendo en cuenta, según sus propios criterios, el desempeño académico y el nivel de estudios alcanzado por los candidatos;

(c) La institución receptora se reserva el derecho a tomar la decisión final sobre la admisión de cada estudiante nominado para el intercambio tras la comprobación de si reúne los requisitos requeridos;

(d) La aceptación de los estudiantes que participarán en el programa es competencia de la institución receptora, la cual tendrá en cuenta la situación de reciprocidad en el número de estudiantes enviados y recibidos, la disponibilidad de cupos y la capacidad para recibirlos.

(e) Una vez aceptados por la institución receptora, los estudiantes de intercambio tendrán los mismos derechos y obligaciones que los estudiantes propios de la institución receptora;

3. Coordinación

(a) Las actividades desarrolladas en base al presente Convenio tendrán la coordinación de los responsables de las oficinas de relaciones internacionales en cada universidad o aquellos que se les represente oficialmente;

(b) Cada año las instituciones fijarán, con suficiente antelación, con respecto a las fechas la convocatoria del programa en cada universidad, el número y las condiciones de los cupos que se ofrecen;

4. Compromisos Académicos

(a) Los estudiantes participantes en el programa, al ser admitidos por la institución receptora, tienen derecho a matricularse como estudiantes sin derecho a titulación en los estudios regulares impartidos por la institución receptora y por un periodo máximo de un curso académico (un año) y por el número máximo de créditos permitido en cada institución, quedando sujeto al mismo régimen académico que el resto de estudiantes matriculados en dichos estudios. Todos los estudiantes de intercambio deberán cumplir con las leyes del país de destino.

(b) Las instituciones parte del presente Convenio tienen el derecho de limitar, en coordinación con las Facultades o Escuelas involucradas, las asignaturas que se les podrá ofrecer a los alumnos de intercambio, cuando lo considere conveniente, con el fin de facilitar el reconocimiento académico recíproco de los estudios realizados.

(c) Los estudiantes de intercambio podrán cursar cualquier programa académico ofrecido por la institución de destino, siempre y cuando se disponga de los cupos y con excepción de aquellos programas con matrícula restringida. Cualquier crédito académico obtenido en la institución de destino podrá ser transferido a la institución de origen, conforme a los procedimientos establecidos por ésta y el programa específico de estudios. La institución receptora orientará académicamente e informará sobre los programas de estudio pertinentes conforme corresponda.

(d) En caso de que un alumno de intercambio cuente con un plan de estudios académicos, previamente firmado y sellado por ambas instituciones, la institución receptora deberá permitir que el estudiante se inscriba en todas las asignaturas incluidas en el Plan de Estudios, excepto en el caso de que la asignatura no se ofrezca durante el semestre académico específico o cuando exista incoherencias de horario. En cualquier dos casos, la institución de origen debe ser informada en el caso de que sea necesario modificar el Plan de Estudios Académicos de acuerdo con las asignaturas ofrecidas.

5. Evaluación

(a) Al final del período de estudio, la institución receptora emitirá un certificado académico de estudio parcial realizados por cada estudiante de intercambio, especificando el número de créditos cursados, la duración y las calificaciones obtenidas;

(b) Cada una de las dos instituciones aceptará los estudios realizados en la otra institución como equivalentes a los propios, dentro de los límites que establezca la legislación vigente en cada país y la normativa propia de cada Universidad. Cualquier crédito académico obtenido en la institución anfitriona puede ser transferido a la institución de origen, pero el reconocimiento quedará a cargo de esta última;

(c) La institución receptora se reserva el derecho de excluir al estudiante cuyo rendimiento académico o conducta fuera violatoria de las normas de la institución o del país anfitrión. La Institución Receptora pondrá en conocimiento de la institución de origen estas circunstancias antes de implementar la medida. Ambas partes acuerdan que no habrá reemplazo de los estudiantes que no finalicen el intercambio.

6. Alojamiento y Servicios de Apoyo

(a) Cada institución prestará a los estudiantes que reciba en el marco del presente programa de intercambio la asistencia necesaria para la preparación adecuada de su estancia y para el óptimo desarrollo de la misma a través de sus dependencias correspondientes.

(b) Los estudiantes de intercambio tendrán derecho en la institución receptora a acceder y utilizar los servicios que ésta ofrezca en las mismas condiciones que los estudiantes propios de la institución receptora. La institución receptora informará debidamente a los estudiantes de intercambio de dichos servicios.

(c) La institución receptora, a través de su oficina o dependencia correspondiente, se compromete a ayudar a los estudiantes de intercambio en la búsqueda de un alojamiento adecuado, así como a proporcionarles apoyo y orientación durante su estancia.

CUARTA – INTERCAMBIO DE ESTUDIANTES DE POSGRADO

El número de estudiantes así como todas las especificaciones para el intercambio de estudiantes de posgrado deberán ser definidos de común acuerdo entre las partes, caso por caso a través del documento correspondiente.

QUINTA – INTERCAMBIO DE PROFESORES

(a) El intercambio de profesores visitantes para el desarrollo de proyectos conjuntos, programas de adiestramiento, enseñanza y/o investigación deberá ser efectuado de acuerdo al Programa de Trabajo que para tal efecto se elabore y de común acuerdo por escrito entre las partes;

(b) El seguro médico deberá gestionarlo y pagarlo el profesor visitante en el país de origen.

(c) Los salarios de los profesores visitantes los pagará la institución de origen.

(d) Ambas instituciones facilitarán y apoyarán las solicitudes de recursos a organismos nacionales o internacionales que puedan colaborar a la financiación de este intercambio,

SEXTA – SOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS

Las instituciones signatarias acuerdan resolver, de manera amigable, cualquier controversia derivada de la interpretación del presente Convenio. En el caso de que no se pueda resolver la cuestión, la disputa se someterá a un arbitraje. Cada institución designará un miembro del comité de arbitraje e un tercer miembro se elegirá de común acuerdo.

SÉPTIMA – VIGENCIA

El presente documento entrará en vigor en la fecha de la última firma y su validez corresponderá a la del Acuerdo General de Cooperación. Este convenio podrá ser modificado a cualquier momento por voluntad y acuerdo entre las partes.

OCTAVA – RESPONSABILIDAD CIVIL

Queda expresamente pactado que ninguna de las partes tendrá responsabilidad civil por daños y perjuicios que pudieran causarse recíprocamente por causas de fuerza mayor o casos fortuitos que impidieran la continuación de las actividades objeto del presente Convenio de Intercambio, pudiendo reanudarse hasta su total conclusión, en las mismas condiciones y circunstancias cuando desaparezcan las causas que motivaron su suspensión

Estando de acuerdo, las instituciones firman el presente Convenio para el Intercambio de estudiantes y profesores en cuatro ejemplares, siendo dos (2) en portugués y dos (2) en español, de igual forma y tenor.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA



M.F.M.
Dra. Margaret de Fátima Formiga M. Diniz
Rectora

João Pessoa,

06/2016

Mauricio Alviar R
Dr. Mauricio Alviar Ramírez

Rector AG

Jdmp

Medellín,

[Signature]